

Serviço essencial,
Sindicato indispensável

Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de SP

www.sinergiaspcut.org.br

Eleições 2014

MAIS MUDANÇAS, MAIS FUTURO



No próximo dia 05 de outubro, a população brasileira volta às urnas para decidir quem vai comandar o futuro do País pelos próximos quatro anos. Os eleitores têm visto projetos distintos: aqueles da “reação” - amplamente apoiados pela mídia nacional - e o projeto petista, que é a garantia de ter mais e melhor para o Brasil. Dilma é a mulher de coragem que precisa continuar fazendo o que tem que ser feito e para melhorar nosso País, buscando a igualdade social a cada dia!

Chegou a hora da decisão!

Estamos às vésperas das eleições nacionais no Brasil. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), um eleitorado de 142,8 milhões de pessoas estão aptas a votar para decidir quem vai assumir a responsabilidade de implementar as políticas públicas nacionais e estaduais nos próximos quatro anos. Neste ano, o pleito será para escolha de presidente, senador, governador, deputado federal e deputado estadual.

A CUT e seus sindicatos, o Sinergia CUT inclusive, apoiam desde sempre os candidatos comprometidos com políticas públicas e sociais que priorizem a igualdade social com educação, saúde, habitação, saneamento básico, energia elétrica, investimentos em infraestrutura, geração de emprego e renda. Mais: que priorizem a participação popular na construção de um mandato democrático, ético e transparente.

Mais e melhor para o Brasil: Dilma Rousseff para a reeleição!

O apoio à reeleição da presidenta Dilma é exatamente porque algo novo aconteceu em 12 anos de um governo que tem vencido o desequilíbrio social no Brasil. Desde 2002, na primeira vitória de Lula, as eleições ganham importância crescente na perspectiva do futuro. Apesar de em seu primeiro mandato Dilma sofrer as consequências de uma crise econômica global, sem falar das alianças incômodas, o empenho social do governo de Lula não se esfriou com Dilma, e até avançou. Por isso, a esperança se estabelece é deste lado.

Para mudar São Paulo...

Já nas eleições estaduais, o Sinergia CUT apoia a eleição de Alexandre Padilha ao governo do Estado de São Paulo. É preciso dar um basta nesse governo tucano defendido por Alckmin, que há 20 anos trata com descaso a população. Para o Senado, a CUT e seus sindicatos estão com Eduardo Suplicy!

Destaques desta edição

Por nova política de energia em SP

Página 02

Terceirização sem limites

Página 03

O povo vota por reforma política

Página 04

80 anos Stieec: mais da nossa história

Página 04



Por uma nova política de energia em SP

Ftiuesp e seus sindicatos, incluindo o Sinergia CUT, entregam propostas para garantir em SP a defesa da energia e do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável

Sempre na luta por energia de qualidade, trabalho decente e tarifas justas, a direção da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo (Ftiuesp) acredita que é necessário um novo projeto de governo e uma nova política energética para o estado de SP. É fato que vivemos no maior centro industrial do país e que é também o maior consumidor de energia.

Nos últimos 20 anos, a privatária dos governos tucanos provocou o desmonte das empresas de um setor

essencial à vida dos paulistas e ao desenvolvimento econômico do Estado. Prova disso foi o racionamento de energia imposto por FHC e a atual crise de água nunca antes vivida pelos paulistas.

Agora, às vésperas das eleições de outubro, a



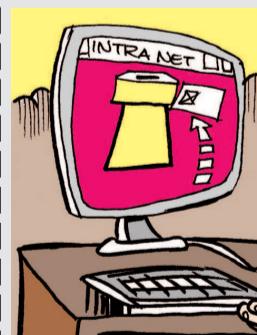
Ftiuesp e seus sindicatos apresentaram várias propostas para garantir uma política de investimentos necessários à expansão da oferta de energia e de uma estreita articulação com o governo federal.

O objetivo é estabelecer uma polí-

tica de energia que, além de garantir insumo fundamental para a produção econômica, encare o setor como essencial para a consolidação de uma sociedade mais saudável, inclusiva e democrática.

As propostas da Ftiuesp foram incorporadas no Plano de Governo de Alexandre Padilha, candidato a governador pelo PT, com a participação de dirigentes no debate.

A intenção agora é entregar o documento aos demais candidatos dispostos a esse compromisso.



Trabalhadores da CTEEP elegem seus representantes para o CA e CG

Aqui... a eleição é 22 e 23 de setembro!

Duas eleições distintas e simultâneas ocorrerão nos próximos dias 22 e 23 de setembro: trabalhadores da CTEEP escolherão seus representantes ao Comitê Gestor de Investimentos e Previdência e ao Conselho de Administração da empresa. A votação será eletrônica e a senha recebida pelo trabalhador da ativa, coligado ou autopatrocinado para o voto é de uso exclusivo, pessoal e intransferível.

No pleito do CA, os eleitores poderão votar nos computadores da em-

presa que estejam conectados à Transnet e também em qualquer computador ligado à Internet, a partir de acesso ao site da CTEEP (www.cteep.com.br).

Assim também será para os coligados e autopatrocinados do Plano de Previdência que participarão do processo eleitoral do CG, podendo votar em qualquer computador a partir de acesso ao site da empresa.

O processo de votação eletrônica será iniciado às 6h do dia 22 e encerrado às 15h do dia 23.

Importância da sua participação nesse processo

A criação do **Comitê Gestor de In-**

vestimentos e Previdência é um marco na vida dos trabalhadores, já que esse é um dos mais importantes fóruns para discutir, intervir e deliberar sobre a Política de Investimentos e o Plano de Aplicação dos Recursos e do Patrimônio do Plano Previdenciário da categoria.

O período do mandato é de três anos e exige representantes competentes e comprometidos para propor e defender uma política de investimentos que aumente ainda mais a rentabilidade para garantir também maior suplementação das aposentadorias.

Já o **Conselho de Administração** é a instância responsável por inúmeras decisões importantes na empresa como:

determinações das estratégias empresariais, avaliação das informações contábeis (balanços e relatórios), alienação de patrimônio, indicação ou destituição de diretores e a fiscalização de suas gestões, entre outras que impactam diretamente os trabalhadores.

A atuação do conselheiro eleito é fundamental, pois é presença ativa nas reuniões e pode apresentar o ponto de vista dos trabalhadores sobre o futuro da empresa e da categoria.

Por isso, manter nesses dois órgãos representantes legítimos dos trabalhadores é essencial. Nos dias 22 e 23 de setembro... VOTE!



EXPEDIENTE

Juristas atacam programa de Marina Silva que defende terceirização sem limites

Para especialistas, programa da candidata à presidência defende retirada de direitos trabalhistas e diminui capacidade de fiscalização da Justiça

ULTIMAS DA CUT

Exco 2 | Economia para o Desenvolvimento Sustentável

tecnológico desses setores e, como consequência, baixa sua produtividade. Existe hoje no Brasil um número elevado de disputas jurídicas sobre a terceirização de serviços com o argumento de

que as atividades terceirizadas são atividades fins das empresas. Isso gera perda de eficiência do setor, reduzindo os ganhos de produtividade e privilegiando segmentos profissionais mais especializados e de maior renda. O setor de serviços é mais penalizado por esse tipo de problema, ficando mais exposto à consequente alocação ineficiente de recursos com perda de produtividade.

O comércio, particularmente, sofre de um problema operacional sério no país, quando realiza transações que envolvem mais de um estado.

Os procedimentos de controle de recolhimento tributário, particularmente do ICMS, são diferentes. Consequentemente, é necessária mão de obra mais qualificada para evitar erros de procedimentos. Além disso, o tempo gasto eles é elevado, o que reduz a produtividade. Assim, as atividades de comércio ficam menores e adicionam mais custos aos bens comercializados, o que prejudica o bem-estar da população brasileira.

Diante desses problemas, ao lado de propostas mais gerais que vão melhorar o ambiente de negócios no Brasil, a coligação Unidos pelo Brasil se dispõe a adotar algumas medidas específicas para esses setores.

MAIOR EFICIÊNCIA, PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

- Assegurar que demandas legítimas do setor de serviços e comércio sejam contempladas na reforma tributária, como o fim da diversidade de regras entre estados e municípios, da tributação e dos impostos cumulativos.
- Incluir os setores de comércio e serviços em programas de promoção de desenvolvimento, como nas linhas especiais de crédito do BNDES, do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia.
- Integrar estados, municípios e governo federal na gestão da fiscalização dos recolhimentos tributários de forma que se elimine a possibilidade de cobrança de um mesmo tributo duas vezes para dois entes federativos diferentes a partir de um único fato gerador.
- Disciplinar a terceirização de atividades com regras que a viabilizem, assegurando o equilíbrio entre os objetivos de ganhos de eficiência e os de respeito às regras de proteção ao trabalho.
- Unificar nacionalmente procedimentos de controle e fiscalização tributários para reduzir entraves à comercialização interestadual de produtos.

A imagem acima é a reprodução da página 75 do programa de governo da candidata do PSB, Marina Silva. Para ela, o número elevado de disputas jurídicas sobre a terceirização de serviços, com o argumento de que as áreas terceirizadas são atividades fins das empresas, gera perda de eficiência.

Para os juristas, o trecho deixa claro que Marina tem lado, mas não é o da classe trabalhadora. A candidata talvez desconheça que, mesmo com a proibição na legislação trabalhista de terceirização na principal atividade da empresa, essa forma de contratação já está intimamente ligada ao trabalho escravo e a mortes. Conforme comprovam dados apresentados pelo auditor fiscal do trabalho, Vitor Filgueiras, em recente seminário organizado pelo Fórum Nacional Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização.

Dos 10 maiores resgates de trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão nos últimos quatro anos, 90% eram terceirizados. No setor da construção, campeão em mortes, e mais especificamente na área de edifícios, onde o percentual de mortos é duas vezes superior à média do mercado de trabalho, 135 trabalhadores morreram em 2013, 75 deles terceirizados. Em obras de terraplanagem, que alcança patamar de 3,3 vezes mais chances de acidentes fatais em relação à média do mercado, das 19 mortes, 18 ocorreram entre terceirizados.

Na avaliação da pesquisadora do Cesit/Unicamp, desembargadora e juíza do Trabalho aposentada, Magda Barros Biavaschi, durante reunião do Fórum no último dia 8, em São Paulo, a candidata Marina engloba não apenas um ponto, mas as 101 propostas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para flexibilizar as relações trabalhistas.

“Sob o argumento do afastamento do Estado dos conflitos trabalhistas, Marina defende o negociado sobre o legislado, a diminuição do papel da Justiça trabalhista nos conflitos e que os sindicatos sejam os fiscais do cumprimento das normas. Porém, com a terceirização sem limites, serão os patrões que escolherão com quais sindicatos irão negociar”, critica.

Para a secretária de Relações do Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa, o debate sobre a terceirização

nesta campanha deve ter papel pedagógico semelhante ao da privatização em ocasiões anteriores. “Devemos discutir com a população e mostrar que uma das candidatas defende a desregulamentação do mercado de trabalho, num cenário com o qual já convivemos, em que o terceirizado tem menos direitos, menores salários e convive com maiores jornadas. Do outro lado, cobramos a presidenta Dilma, que disse na plenária da CUT e em encontro com mulheres no último dia 6 que não foi eleita para retirar nossas conquistas. Queremos saber quem mais se compromete com essa agenda”, questionou.

Desmonte trabalhista

Consultor da Comissão Nacional de Direitos Sociais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Mauro Menezes, ressaltou que a proposta da candidata do PSB joga por terra o arcabouço legislativo trabalhista. “Temos toda uma normativa que envolve normas regulamentares e disciplinares, que estabelece mínimos protetivos em relação à saúde e segurança e esses podem ser abalados se a vinculação entre empregado e empregador for substituída pela livre contratação que vai diluir, fragmentar, tornar a proteção ao emprego algo intangível. É isso que a liberação total da terceirização significa”, explicou.



Roberto Parizotti/CUT

Para o assessor jurídico da CUT, José Eymar Loguercio, as grandes empresas têm atuado de forma permanente junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir o lucro por meio da redução de direitos. “A liberação da terceirização para qualquer atividade da empresa é uma estratégia clara da CNI e da Associação de Agronegócio para conseguir aquilo que não foi possível via Congresso, onde enfrentaram a resistência do movimento sindical ao Projeto de Lei (PL) 4330/2004. Elas querem atacar tanto a resistência do movimento sindical quanto a Justiça do Trabalho, que tem feito, no limite possível de sua interpretação, uma avaliação em termos da precarização no mundo do trabalho”, explica.

De autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-BA), o PL 4330 defendia o que prega Marina, a terceirização ilimitada. “Aceitar como premissa de que o desenvolvimento econômico do Brasil depende da liberação da terceirização para qualquer atividade é o mesmo que destruir os 70 anos de legislação trabalhista protetiva”, acrescenta.

Congresso

Após o Projeto de Lei 4330/2004 ser engavetado no Congresso Nacional por conta da mobilização da classe trabalhadora, os empresários recorreram ao

Supremo Tribunal Federal (STF) para julgar uma ação civil pública da Celulose Nipo Brasileira (Cenibra). A empresa questiona a decisão do TRT-MG e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de condená-la por terceirizar a atividade-fim e impedi-la de manter essa prática. Mesmo com a decisão do Judiciário trabalhista, o STF aceitou que o caso fosse julgado como uma Ação de Repercussão Geral.

Isso significa que não é mais a questão específica da empresa que está em pauta, mas sim se a terceirização da atividade-fim deve ser permitida no país. E, assim, a decisão passará a referendar os demais julgamentos no país.

A CUT cobra uma audiência no STF para discutir a questão e cobrar que o tema seja debatido no Congresso, opinião que também defende o diretor da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas (Alal), Maximiliano Garcez.

Para o advogado, porém, diante da renovação da Casa, os movimentos sociais devem cobrar que essa pauta seja levada para o próximo ano, sob pena de a pressão aos parlamentares não ter efeito.

“Esse é um momento da baixa legitimidade do Congresso Nacional para discutir uma questão dessa magnitude. Teremos deputados que acabaram de ser eleitos nas urnas e ainda não teriam tomado posse e muitos que não foram reeleitos estariam decidindo uma questão tão vital para os trabalhadores e para toda sociedade sem o risco da repercussão popular pelo mandato que acaba. Esse debate só deve ocorrer na próxima legislatura. Essa discussão é iminente política e o local mais conveniente para ser feito é o Congresso.”

Juntos e articulados

Enquanto travam luta paralela no parlamento e no Poder Judiciário, as centrais sindicais, juristas, acadêmicos e demais segmentos que compõem o Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização preparam mobilizações para dialogar com a sociedade.

A CUT lançará em breve a atualização do Dossiê “Terceirização e Desenvolvimento uma conta que não fecha”, elaborado originalmente em 2011, que trata do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos e, ainda, prepara um livro com artigos sobre o tema.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) fará até o final de setembro um Dia Nacional de Luta contra a Terceirização, com paralisação parcial da categoria.

Já a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) ingressará no STF com “Amicus Curiae” (amigo da Corte) no recurso sobre terceirização ainda neste mês. Prepara também uma carta compromisso aos candidatos à presidência da República.

Professores universitários (USP e UFBA), juristas e estudiosos das relações de trabalho no Brasil também publicaram em 8 de setembro uma “Carta Aberta à Classe Trabalhadora e aos Presidenciais” em que criticam a terceirização.

Sinal de que o primeiro passo para governar com a maioria é o óbvio diálogo com a sociedade.



Voto do Povo

ULTIMAS DA CUT

Luta por reforma do sistema político continua



Fotos: Roberto Claro

Na internet participaram 1.744.872 pessoas da votação do Plebiscito; resultado final da campanha deve sair no dia 21 deste mês

A votação online do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político foi divulgado no último dia 9.

Depois de uma intensa semana de mobilização dos movimentos sindical e social, 1.744.872 pessoas votaram pela internet em todo o País. Destas, 96,9% (1.691.006) foram a favor da Constituinte do Sistema Político e 3,1% (53.866) contra.

O resultado final da votação das urnas fixas que estiveram espalhadas pelo Brasil na Semana da Pátria será divulgado pelas 450 organizações que compõem o Plebiscito em 21 de setembro, em coletiva de imprensa.

O advogado José Eymar Loguercio afirma que o plebiscito recolocou para a sociedade a necessidade de reformar o sistema político. "Significa repolitizar

os locais de trabalho, ou seja, os trabalhadores entenderem que são sujeitos dessa história e que não é apenas votar para o seu candidato nas eleições, mas questionar o modelo de representação".

Pesquisadora do Cesit/Unicamp, Magda Barros Biavaschi, afirma que votou "sim" no Plebiscito. "A reforma política é fundamental, pois há muito tempo tramita no parlamento e a gente não consegue aprovar".

Para Loguercio, o plebiscito tem relação direta com umas das principais questões que está sendo também discutida neste momento: a terceirização. "É importante pensar no parlamento porque ele é o espaço de regulação de trabalho, é o local de proteção dos trabalhadores. Porque a legislação trabalhista é o limite que se estabelece para as empresas, para o capital que busca so-

mente o lucro".

A secretária de Imprensa da CUT São Paulo, Adriana Magalhães, alerta que o plebiscito acaba, mas a luta pela reforma política continua. "Encerramos uma intensa mobilização nas ruas do Brasil que nos ajudou a refletir sobre quem nos representa no Congresso. Sabemos que os empresários e o agronegócio estão articulados para aprovar a terceirização sem limites. Nas eleições, não podemos votar em candidatos que não apoiam a classe trabalhadora", conclui.

O militante da Consulta Popular, advogado e um dos autores do livro *Outro sistema político é possível*, Rafael Locateli Tatemoto, afirma que os movimentos deram uma resposta ao momento atual. "Nossa tarefa mais importante agora é contabilizar os votos para depois

transformá-los em força social e pressão sobre o Congresso".

Para ele, o plebiscito ampliou o nível de debate político entre a população. "Nesse momento de eleição, deixou também mais claro quem são aqueles que querem mudanças no sistema político e aqueles que não querem", conclui.

Sinergia CUT no Plebiscito

Entre os dias 1º e 7 de setembro de setembro, cerca de 40 mil urnas fixas e volantes estiveram disponíveis em todo o Brasil. O Sinergia CUT participou desse momento ativamente, colocando urnas em suas macros para a coleta de votos dos trabalhadores, aposentados e da população. A contagem dos votos coletados começou a ser feita nos estados no último dia 8 e ocorre até o dia 14. A previsão é que o resultado final da campanha seja divulgado no dia 21 deste mês.

STIEEC 80 ANOS

Ditadura Nunca Mais!

Contra projetos democráticos e populares, o golpe militar censura e cassa também sindicalistas, inclusive do Sindicato

"Toda vez que um justo grita, um carasco o vem calar"... já dizia a canção de Chico Buarque que foi tema de "Os Inconfidentes", filme brasileiro dos anos 70 que embalou gerações e acabou se transformando em mais uma metáfora contra o regime autoritário da ditadura militar.

Traduz muito também da história da ainda jovem democracia brasileira, construída por perseguições, atentados e golpes contra aqueles que ousaram colocar em prática projetos populares para acabar com as desigualdades, propondo reformas e assegurando os direitos dos trabalhadores e dos cidadãos.

Basta citar a crise que provocou o suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954, outra que quase impediu a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek em 1955, a ameaça de guerra civil depois da renúncia de Jânio Quadros em 1961 e o golpe militar que tirou João Goulart, o Jango, da presidência em 1964. Resumo da história: em apenas dez anos, um presidente morreu, outro teve a posse contestada, o seguinte renunciou e o último foi deposto para impor aos brasileiros a ditadura militar que durou mais de vinte anos.

"Perigo vermelho"

E foi justamente nos anos 60, que o Sindicato dos Eletricistas de Campinas (Stieec), então de base regional, começou a escrever a história de luta da categoria, com a posse de uma diretoria ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 9 de fevereiro de 1963.

Eram tempos conturbados pela ameaça da Guerra Fria, a Crise dos Mísseis Soviéticos, a tensão da Guerra do Vietnã e o sucesso da Revolução Cubana. No Brasil, os grupos mais conservadores se sentiam ameaçados pelo "perigo vermelho" que estaria mais perto desde que o presidente Jânio se aproximou da União Soviética e da China, além de homenagear lideranças comunistas como Che Guevara e Yuri Gagarin.

É fato que essas iniciativas levaram setores da oposição à histeria diante de um "temeroso alinhamento" do governo brasileiro ao bloco socialista. A pressão aumentou, Jânio renunciou e as críticas foram direcionadas para Jango, "ainda mais identificado com as perigosas ideologias de esquerda".

Reformas de base

Em 1961, com a posse questionada pelos conservadores, Leonel Brizola cria a Campanha Pela Legalidade para defender Jango, que acaba assumindo a presidência em um sistema parlamentarista, saída encontrada para garantir a posse e resultado de manobra política para tentar inviabilizar seu governo.

Só em 1963 é convocado um Plebiscito que colocou em votação a continuidade do parlamentarismo ou o retorno do presidencialismo. Com ampla vitória - 82% dos votos -, o presidencialismo devolveu o poder a Jango. E o resultado provocou mudanças profundas no cenário político nacional, dividindo a sociedade brasileira entre apoiadores das reformas necessárias e críticos conservado-

res de plantão.

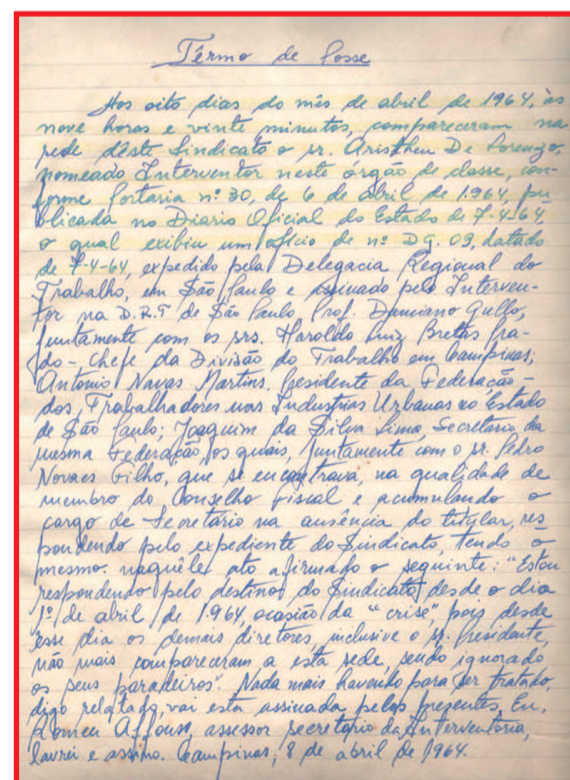
Dentre as propostas do governo Goulart estava um ousado plano de reformas - conhecido como Reformas de Base - que previa mudanças no sistema bancário, na educação, na administração e no setor agrário. As mudanças foram anunciadas em um dos mais importantes comícios da história, o Comício da Central do Brasil, que reuniu cerca de 150 mil pessoas no Rio de Janeiro.

Com caráter popular, as reformas tinham como objetivo atenuar as gritantes desigualdades sociais que tomavam conta do Brasil e conquistaram o apoio das classes mais pobres e grupos como a Ligas Camponesas e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Golpe militar

Ao mesmo tempo, as reformas fizeram aumentar a histeria dos grupos mais conservadores, principalmente a classe média e a Igreja Católica que, em seguida, organizaram a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade que contou com a participação de milhões de pessoas em várias manifestações.

Foi na certeza de que contariam com o apoio de grande parte da sociedade que as forças armadas deram o golpe de 1º de abril de 1964, expulsando Jango da presidência e jogando o Brasil nos porões da ditadura militar.



O interventor nomeado assume o comando do Stieec uma semana depois do golpe militar: censura

Sindicalistas cassados

Sem liberdade, sem direitos e sob censura, a classe trabalhadora também foi alvo da ditadura militar que decidiu cassar diretorias legitimamente eleitas em mais de 60 sindicatos brasileiros. No dia 8 de abril, a cassação atingiu o Stieec, com a posse do interventor nomeado pelos militares, Aristeu de Lorenzini.